

PROJETO DE LEI N° , 2003
(Da Sra. Kátia Abreu)

Altera o artigo art. 29 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 29 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29. Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar, armazenar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização de autoridade federal competente, ou em desacordo com a obtida:

Pena - reclusão de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas:

I - quem impede a procriação da fauna, sem licença, autorização ou em desacordo com a obtida;

II - quem modifica, danifica ou destrói ninho, abrigo ou criadouro natural;

III - quem vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem em cativeiro ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados ou sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente.

§ 2º Nos casos culposos dos incisos I e II deste artigo e de guarda doméstica de espécie silvestre não considerada ameaçada de extinção, pode o juiz, considerando as circunstâncias e as condições do agente, reduzir à metade ou deixar de aplicar a pena.

§ 3º São espécimes da fauna silvestre todos aqueles pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras.

§ 4º A pena é aumentada de metade, se o crime é praticado:

I - contra espécie rara ou considerada ameaçada de extinção, ainda que somente no local da infração;

II - em período proibido à caça;

III - durante a noite;

IV - com abuso de licença;

V - em unidade de conservação;

FE1A2F7C10
FE1A2F7C10

VI - com emprego de métodos ou instrumentos capazes de provocar destruição em massa.

§ 5º A pena é aumentada até o triplo, se o crime decorre do exercício de caça profissional.

§ 6º A pena é aumentada até o quádruplo, se o crime é praticado com o fim de remessa de exemplar ou exemplares para o exterior.

§ 7º As disposições deste artigo não se aplicam aos atos de pesca." (NR)

Justificação:

De acordo com dados disponíveis no relatório do ilustre deputado Sarney Filho, resultante das investigações levadas a efeito pelos trabalhos da *Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a "INVESTIGAR O TRÁFICO ILEGAL DE ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES DA FAUNA E DA FLORA BRASILEIRAS – CPITRAFI"*, concluída em janeiro de 2003, cerca de 90% do comércio de animais silvestres no Brasil é ilegal e que, de cada 10 animais retirados da natureza, apenas um consegue sobreviver às péssimas condições de captura e transporte.

Outrossim, estima-se que o tráfico de animais silvestres no País movimenta quantias próximas a um bilhão de dólares por ano, fato que o colocaria na terceira posição, em termos de volume de recursos, entre os grandes mercados ilegais (as duas primeiras posições seriam ocupadas pelos negócios com drogas e armas) e que foi citado várias vezes nos depoimentos prestados àquela CPI.

O relatório da referida Comissão de Inquérito deixou exarado ainda que o "volume de recursos envolvidos justifica o funcionamento da atividade consoante as práticas do crime organizado" (...), constatando-se, nestes termos, "a necessidade de uma série de ajustes nas normas em vigor".

Os trabalhos conduzidos pela CPI indicam, por outro turno, que Lei 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais) "também carece de aperfeiçoamento: os seus dispositivos que têm a fauna como bem jurídico tutelado não prevêm sanções com o rigor adequado para os grandes traficantes de animais, ou para aqueles que comercializam animais de alto valor, situação que acaba estimulando as atividades ilícitas. Deve-se mencionar que as sanções leves atualmente em vigor estariam levando alguns magistrados a apoiarem-se no chamado 'princípio da insignificância' para proferir decisões nas questões que envolvem delitos praticados contra a fauna".

Pelas razões acima expostas, apresentamos a presente proposta de adequação da Lei 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais), contando com o precioso apoio de nossos pares com o fim de, através da referida norma, coibir de forma mais efetiva os crimes praticados contra a fauna.

Sala das Sessões, de de 2003.

Deputada Kátia Abreu
PFL - TO

FE1A2F7C10
FE1A2F7C10